



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO ANALÍTICO DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Exercício:	2014
Programa:	262-Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
Objetivo Estratégico do PPA:	11-Melhorar a prestação de serviços públicos
Tipo de Programa:	Finalístico
Origem do Programa:	A grave violação dos direitos da criança e adolescente na aplicação das medidas socioeducativas e de responsabilidade do sistema de rede de proteção que acaba não oportunizando e até vitimizandando, por vezes, os jovens que são condicionados por um meio ineficaz de re(educação) e recuperação. A estatística evidencia, em números, essa situação: Mato Grosso em 2010 teve aproximadamente 52.059 boletins de ocorrências referentes a atos inflacionais, desse total 64% das ocorrências centralizam-se em quatro municípios: Cuiabá, Várzea Grande, Cáceres e Rondonópolis. Percebe-se claramente a inefetividade do Estado na aplicação dos métodos corretivos, que visem impedir que crianças e adolescentes voltem a permanecer em conflito com a lei sem ter-se oportunizado que se ressocializem e cresçam superando a vulnerabilidade social.
Objetivo do Programa:	Assegurar o respeito aos direitos da criança e adolescente.
Público Alvo:	Sociedade matogrossense
Unidade Resp. Programa:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Gestor(a) do Programa:	Eliana Cicero de Sá Maranhão Ayres

INDICADORES						
Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Apurado 2014	Data Apuração
Índice de ações ministeriais Fonte: GEAP	Anual	Unidade	0	11	0,00	12/12/2014

Análise de Indicadores do Programa:

No ano de 2014 não foi proposta nenhuma ação visando a construção de Centro Socioeducativo nos moldes do SINASE, haja vista que o Ministério Público conseguiu articular com o Poder Público Municipal e Estadual de forma extrajudicial, firmando Termos de Ajustamento de Conduta evitando com isso a judicialização neste ano.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DO PROGRAMA

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	120.000,00	22.178,72	22.178,72	0,00	18,48	100,00
Total	120.000,00	22.178,72	22.178,72	0,00	18,48	100,00

Execução:

Na construção do planejamento de execução do programa foram projetadas algumas ações, sendo que muitas dessas atividades não geram custos aos cofres do Ministério Público. Assim, buscou-se estipular valores que pudessem, de acordo com a nossa realidade orçamentária e financeira, serem executados. No entanto, felizmente, em face de parcerias construídas ao longo do tempo com o poder Judiciário e a Prefeitura Municipal, foi possível realizarmos os trabalhos nos CRAS da cidade a custo zero para os cofres da instituição ministerial, além de priorizarmos o contato direto com as pessoas envolvidas nos problemas diretamente.

Resultados:

Os resultados deste programa, sob a análise desta Procuradoria Especializada, foram atingidos. Embora não tenha sido construído nenhum Centro Socioeducativo neste exercício, este fato não interferiu na avaliação dos resultados, pois acabamos realizando-o tendo como parâmetro a atuação judicial e extrajudicial dos órgãos de execução do Ministério Público no enfrentamento do problema.

Principais restrições e providências adotadas:

Outros aspectos relevantes:

Outros produtos entregues:

Recomendações da Unidade responsável pelo programa:



Estado de Mato Grosso



Estado de Mato Grosso

Avaliação das Ações do Programa

Ação:	3845-Promoção da Proteção Sócio-Jurídica a Criança e Adolescente
Programa de Governo:	262-Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
Exercício:	2014
Tipo de Ação:	Projeto
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Promover ações junto ao poder público para que as medidas socioeducativas observem os dispositivos legais da doutrina da proteção integral estabelecido pelo eca.
Produto:	Proteção efetivada
Unidade de Medida:	Unidade
Responsável pela Ação:	Eliana Cicero de sá Maranhão Ayres

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	3,00
Total:	3,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
5,00	5,00	3,00	60,00	60,00

Análise da Meta Física:

Com a intensificação da Campanha de Prevenção ao Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes, a distribuição de cartilhas, tratando de maneira detalhada e criteriosa a pedofilia infantil e, principalmente, a união com a Ouvidoria do Ministério Público, Disque denúncia e a Prefeitura Municipal, entre outros e com uma pauta diferenciada, esta Procuradoria Especializada implementou a parceria, ocasionando a redução através da omissão social. Tal despertar, movimentou o Ministério Público, gerando um número considerável de denúncias, prisões e medidas protetivas que foram supridas pelas metas já atingidas na construção dos Centro Socioeducativo.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	120.000,00	22.178,72	22.178,72	0,00	18,48	100,00
Total	120.000,00	22.178,72	22.178,72	0,00	18,48	100,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

Na construção do planejamento de execução do programa foram projetadas algumas ações, sendo que muitas dessas atividades não geram custos aos cofres do Ministério Público. Assim, buscou-se estipular valores que pudessem, de acordo com a nossa realidade orçamentária e financeira, serem executados. No entanto, felizmente, em face de parcerias construídas ao longo do tempo com o poder Judiciário e a Prefeitura Municipal, foi possível realizarmos os trabalhos nos CRAS da cidade a custo zero para os cofres da instituição ministerial, além de priorizarmos o contato direto com as pessoas envolvidas nos problemas diretamente.

Capacidade de Execução - COFD:

Em virtude de firmarmos parceria com a Prefeitura Municipal de Cuiabá, a primeira cedeu o espaço nos CRAS da cidade, bem como colou seu material e pessoal proporcionando apoio ao trabalho institucional do Ministério Público, gerando uma economia considerável ao cofre da instituição.

Alcance do Objetivo Específico:

A Procuradoria Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente por meio da realização de Campanha de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes em parceria com a Prefeitura Municipal, bem como das Palestras realizadas na Capital e nas cidades do interior do Estado e Reuniões ou mesmo a provocação dos Órgãos Públicos direta ou indiretamente envolvidos na proteção sócio-jurídica das crianças e adolescentes, gerou ampla e maciça discussão sobre o tema e a implementação de ações visando o combate efetivo desses problemas.



Estado de Mato Grosso

Outros aspectos relevantes:

Recomendações da Unidade responsável pela ação:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO ANALÍTICO DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Exercício:	2014
Programa:	264-Desenvolvimento Institucional
Objetivo Estratégico do PPA:	11-Melhorar a prestação de serviços públicos
Tipo de Programa:	Apoio Administrativo
Origem do Programa:	Estrutura deficiente para atendimento da população matogrossense.
Objetivo do Programa:	Efetivar os direitos do cidadão.
Público Alvo:	Sociedade
Unidade Resp. Programa:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Gestor(a) do Programa:	Claudia di Giacomo Mariano

INDICADORES						
Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Apurado 2014	Data Apuração
Índice de satisfação da sociedade Fonte: MP/MT	Anual	Percentual	0	20		

Análise de Indicadores do Programa:

O Índice de satisfação da sociedade matogrossense em relação a atuação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, deixou de ser realizado devido a dificuldade encontrada no sentido de viabilizar a pesquisa.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DO PROGRAMA

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	15.009.370,00	10.727.978,80	7.320.786,08	0,00	48,77	68,24
240	438.576,00	438.576,00	179.707,50	0,00	40,98	40,98
300	0,00	9.848.754,82	8.723.224,01	0,00	0,00	88,57
640	0,00	297.207,04	36.025,50	0,00	0,00	12,12
Total	15.447.946,00	21.312.516,66	16.259.743,09	0,00	105,26	76,29

Execução:

Foram desenvolvidas ações específicas no presente programa atingindo as metas previstas na LOA, cujos repasses financeiros ocorreram de acordo com a programação e o cronograma.

A administração desempenhou suas atribuições com desenvoltura, celeridade, eficiência, eficácia. Principalmente, os setores administrativos envolvidos nos processos de aquisições e processamento das despesas. Os recursos humanos e materiais disponibilizados foram suficientes.

A área sistêmica da Instituição pautou o desempenho de suas atribuições com celeridade, presteza e eficiência, fundamental para o êxito das ações.

O fato de ter-se elaborado um plano de trabalho para as ações no exercício, permitiu que todos tivessem um alinhamento na fase da execução das ações reduzindo-se a morosidade.

Resultados:

Em termos de Capacitação, foram capacitados 364 servidores até o mesmo de novembro, sendo estimado capacitar mais 150 pessoas até o final de dezembro. Além dos demais treinamentos programados, seminários, congressos e cursos técnicos de pequena duração, foram ofertados cursos de especializações para membros e servidores (Especialização em Direito Penal e Processual Penal e Especialização em Processo Civil com Ênfase na Reforma do CPC).

Ocorreram reformas e adequações em 18 unidades do Ministério Público, alcançando 10 regiões de planejamento do Estado.

No tocante à Tecnologia da Informação, foram analisadas as tecnologias e formas de implantação de circuito fechado de televisão nas Promotorias de Justiça do Interior, objetivando proporcionar maior segurança às unidades. Foram otimizados os procedimentos de segurança da informação, com perfis de acesso diferenciados e cartilha de boas práticas. Foi feita a expansão a metodologia scrum para as demais áreas de infraestrutura e suporte, possibilitando mais eficácia nas ações, além da atuação proativa no monitoramento dos ativos de rede, possibilitando menor impacto nos problemas identificados.

Principais restrições e providências adotadas:

Não há registro de outros aspectos relevantes. As ações foram realizadas dentro do previsto, atendendo todas as necessidades de ordem de manutenção e de funcionamento das unidades em todo o Estado.



Estado de Mato Grosso

Outros aspectos relevantes:

Outros produtos entregues:

Recomendações da Unidade responsável pelo programa:



Estado de Mato Grosso

Avaliação das Ações do Programa

Ação:	3522-Apoio às Ações do Grupo de Atuação de Combate ao Crime Organizado
Programa de Governo:	264-Desenvolvimento Institucional
Exercício:	2014
Tipo de Ação:	Projeto
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Desarticular 50% das organizações criminosas identificadas pelo gaeco.
Produto:	Operação realizada
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Marco Aurelio de Castro

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	12,00
Total:	12,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
12,00	12,00	12,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física:

O GAECO alcançou a meta estabelecida devido ao excelente desempenho nas demandas dos procedimentos instaurados por este grupo, oferecendo uma boa resposta a sociedade no combate as organizações criminosas.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	1.201.600,00	1.091.191,00	1.021.582,00	0,00	85,02	93,62
Total	1.201.600,00	1.091.191,00	1.021.582,00	0,00	85,02	93,62

Capacidade de Planejamento - PPD:

O GAECO, atingiu de forma satisfatória a previsão orçamentária do exercício de 2014 em 81,02% considerado BOM, pelo Quadro da Realização Orçamentária e Financeira, devido a atuação incisiva e coerente ação deste grupo ao combate a criminalidade, através dos aprimoramentos nas investigações de inteligência nas áreas de crimes envolvendo Agentes Públicos e Narcotráfico, bem como a modalidade Novo Cangaço.

Capacidade de Execução - COFD:

Em 2014 o Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado atingiu 89,22% da capacidade de executar os recursos disponibilizados, aplicando de forma criteriosa e responsável seu orçamento nas atividades desenvolvidas para implementação no combate a criminalidade, bem como o desbaratamento de mais de 50% dos casos investigados.

Alcance do Objetivo Específico:

Os resultados esperados ao final da implementação do Programa de Redução da Impunidade, atingiu um percentual considerando BOM na régua de parâmetros, devido ao fato do investimento financeiro disponibilizado a este Grupo Especial ser investido em aparelhagem técnicas fundamentais para elucidação das vertentes que norteiam a formação da estrutura do crime organizado, bem como em capacitações, pagamento de diárias, manutenção de veículos utilizados no suporte pelos Agentes Policiais a realizarem levantamentos de campo em diligências sigilosas conclusivas, a fim de logarmos êxitos nos desencadeamentos do combate a redução da impunidade, assim, podemos afirmar que tais resultados foram possíveis em face do esforço, empenho, dedicação e comprometimento desse Grupo com a sociedade Mato-grossense. Portanto, as dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual LOA ao GAECO, foram suficientes para o exercício de 2014, salientando que todos os recursos foram devidamente liberados pelos órgãos responsáveis da Procuradoria Geral de Justiça sempre que solicitados, corroborando ao êxito do objetivo da ação e satisfação no percentual almejado por este Órgão de Inteligência.

Outros aspectos relevantes:



Estado de Mato Grosso

Outros Objetivos

- Desarticulação de Crime Organizado com o Tráfico ilícito de entorpecente
- Desarticulação de Crime Organizado contra Agências Bancárias e caixas eletrônicos
- Desarticulação de crime Organizado praticado em detrimento ao patrimônio público.
- Apoio as Promotorias do Estado de Mato Grosso, bem como a Instituições Públicas, colocando o Grupo em atuação conjunta com as Promotorias de Justiça do interior do Estado.
- Desarticulação de crime organizado com reflexo ao Meio Ambiente.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Aumento da Estrutura física da unidade; aquisições de equipamentos modernos na área de informática e na estrutura de equipamentos balísticos, incentivo a realização de cursos de aprimoramento e atualização na área de inteligência e infiltração, bem como nas novas tecnologias de comunicação através de aplicativos via internet, a fim de gerar aperfeiçoamento nas diligências sigilosas, fortalecendo a infraestrutura básica nas ações investigatórias, operacionais e táticas.

Ação:	3547-Gestão de Tecnologia da Informação
Programa de Governo:	264-Desenvolvimento Institucional
Exercício:	2014
Tipo de Ação:	Projeto
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Implantar governança em todos os serviços e processos de tecnologia da informação do MPE/MT.
Produto:	Promotoria de justiça com atendimento regionalizado
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Daniel Ribeiro Soares

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	60,00
Total:	60,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
70,00	70,00	60,00	85,71	85,71

Análise da Meta Física:

O objetivo foi parcialmente alcançado, visto que alguns projetos foram identificados com maior complexidade e custo que a estimativa inicial. Porém conseguimos melhor o planejamento estratégico da tecnologia da informação, preparando-nos para a implantação de plano diretor no ano de 2015.

O resultado obtido de 85,71% foi decorrente do forte investimento na modernização do sistema de gestão de pessoas e folha de pagamento. Dessa forma foi possível concluir o projeto, informatizando toda a rotina do departamento de gestão de pessoas, desde o concurso até toda a vida funcional dentro da instituição. Além deste, adquirimos novo software de monitoramento de ativos visando agir proativamente nas interrupções causadas em qualquer dos 80 links de internet no estado de MT. Realizamos também, a adequação elétrica de nosso data center, prevenindo a expansão e modernização dos equipamentos instalados. Ampliamos a quantidade de licenças de banco de dados disponíveis, viabilizando a execução de novos projeto de desenvolvimento de sistemas. E por fim, também renovamos as licenças de software do departamento de comunicação social possibilitando aos servidores trabalhar com as melhores ferramentas de edição gráfica de mercado. Tudo resultando em maior qualidade e agilidade nos trabalhos realizados.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	3.820.000,00	3.317.224,68	1.923.372,54	0,00	50,35	57,98
Total	3.820.000,00	3.317.224,68	1.923.372,54	0,00	50,35	57,98



Estado de Mato Grosso

Capacidade de Planejamento - PPD:

Pesquisamos nos Ministérios Públicos Brasileiros as melhores práticas de segurança da informação, participando de eventos e workshops realizados pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

Nessa pesquisa obtivemos também informações sobre plano diretor e contratação de serviços segundo a instrução normativa 04/TCU. Realizamos o estudo e provisionamento da implantação da virtualização de processos, buscando meios de obter o melhor resultado. Analisamos as tecnologias e formas de implantação de Circuito Fechado de Televisão nas promotorias de justiça do interior, visando obter maior segurança.

Todavia, o desempenho tido como “deficiente” foi resultado da análise da implantação do CFTV nas promotorias de justiça do interior do estado. Na fase de planejamento identificou-se a complexidade muito maior que aquela estimada no ano anterior, necessitando de maior detalhamento e estudo de viabilidade. Sendo que, de posse dessa informação, optou-se por suspender a execução do projeto para melhor análise e correta utilização do recurso público.

A princípio os recursos previamente estipulados para a ação foram suficientes, não havendo suplementação. Não há previsão de ajustes para os próximos anos.

Capacidade de Execução - COFD:

Otimizamos os procedimentos de segurança da informação, com perfis de acesso diferenciados e cartilha de boas práticas. Expandimos a metodologia scrum para as demais áreas de infraestrutura e suporte, possibilitando mais eficácia nas ações.

Reformulamos o modelo de contratação dos serviços de Tecnologia da Informação possibilitando maior gerenciamento e redução de custos. Atuamos protativamente no monitoramento dos ativos de rede, possibilitando menor impactos nos problemas identificados. Iniciamos o estudo da formulação de plano diretor de tecnologia da informação para implantação no ano de 2015.

O impacto no resultado deu-se basicamente pela não execução do projeto de CFTV nas promotorias de justiça do interior do estado.

Os recursos foram plenamente liberados, porém a revisão de prioridades e altíssima complexidade da execução do projeto somada a pequena quantidade de empresas do ramo e diversidade de tecnologias disponíveis no mercado, tornaram-no inviável de executar no ano de 2014.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo foi parcialmente alcançado, visto que alguns projetos foram identificados com maior complexidade e custo que a estimativa inicial.

O objetivo foi parcialmente alcançado, visto que alguns projetos foram identificados com maior complexidade e custo que a estimativa inicial.

Sendo que, ao automatizar os procedimentos do departamento de gestão de pessoas foi possível conferir maior exatidão e segurança nos cálculos realizados pela folha de pagamento, otimizando o tempo utilizado para gerar a folha. Não podendo deixar de citar a economia com folhas de papel, cartuchos de tinta e correios, visto que os pedidos passaram a ser virtuais.

Ao licenciar vários softwares e adequar a rede elétrica da instituição proporcionou-se maior segurança dos dados ali armazenados, conferindo ao Promotor de justiça qualidade e rapidez na sua atuação finalística junto ao cidadão.

Apesar da não execução do projeto de CFTV em 2014, as equipes já estão realizando as estimativas e especificações para sua conclusão em 2015.

Outros aspectos relevantes:

Não houve gastos na ação que já não foram citados nas questões anteriores.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Para obter maior eficiência da ação recomenda-se o envolvimento constante dos representantes de áreas não correlatas à tecnologia da informação, nos casos que assim necessitarem.

E, estudar os impactos e riscos inerentes da manutenção da solução, não somente na sua aquisição.

Ação:	3549-Implantação e Implementação das Unidades do Ministério Público em Mt.
Programa de Governo:	264-Desenvolvimento Institucional
Exercício:	2014
Tipo de Ação:	Projeto
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Proporcionar melhores condições de atendimento ao cidadão.
Produto:	Promotoria de justiça implantada e implementada
Unidade de Medida:	Unidade
Responsável pela Ação:	Luiz Massao Ikeda

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
REGIAO I - NOROESTE I	1,00
REGIAO II - NORTE	2,00
REGIAO III - NORDESTE	2,00
REGIAO IV - LESTE	4,00
REGIAO V - SUDESTE	3,00
REGIAO VI - SUL	1,00
REGIAO VII - SUDOESTE	2,00



Estado de Mato Grosso

REGIAO VIII - OESTE	1,00
REGIAO X - CENTRO	1,00
REGIAO XII - CENTRO NORTE	1,00
Total:	18,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
12,00	12,00	18,00	150,00	150,00

Análise da Meta Física:

mmmmmm

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	9.200.000,00	5.531.793,12	3.864.314,29	0,00	42,00	69,86
300	0,00	9.848.754,82	8.723.224,01	0,00	0,00	88,57
Total	9.200.000,00	15.380.547,94	12.587.538,30	0,00	136,82	81,84

Capacidade de Planejamento - PPD:

O valor inicialmente programado para as ações neste exercício foi suficiente para execução do que foi programado. O fato de não ter sido utilizado todo o recurso previsto na dotação final, deu-se ao fato de não ter conseguido finalizar o processo de construção da sede das Promotorias de Várzea Grande que é a obra de maior aporte financeiro da relação apresentada.

Capacidade de Execução - COFD:

O fato de não ter sido utilizado todo o recurso orçamentário previsto na dotação final, deu-se ao fato de não ter conseguido finalizar o processo de construção da sede das Promotorias de Várzea Grande, que é uma obra de maior porte financeiro. E além disso, foi previsto alguns ajustes em contratos de obras em andamento que ainda não foram processado, portanto ainda pendente de execução orçamentária.

Alcance do Objetivo Específico:

A construção, reformas, ampliações e readequações das unidades do Ministério Público objetivam-se proporcionar melhores condições de atendimento aos cidadãos. Apesar de não ter sido utilizado todo o recurso disponível, o objetivo foi alcançado com o cumprimento das metas programadas, e este processo de prestação de serviço à sociedade é contínuo à todos os cidadãos que procuram o Ministério Público.

Outros aspectos relevantes:

Houve fatores externos que impediram a não finalização do projeto da obra da promotoria de Várzea Grande devido à vários motivos :
 - Problemas na execução da infra-estrutura por parte da Prefeitura de Várzea Grande.
 - Atraso no processo licitatório do Tribunal de Justiça, pois o Ministério Público tem que seguir os passos do Tribunal de Justiça. A Promotoria acompanha os passos do Fórum. O processo licitatório do Fórum de Várzea Grande estava previsto para este final de ano, com previsão de início das obras para o início de 2015.
 - O Ministério Público está com o projeto arquitetônico já concluído e agora estamos em fase de licitação dos projetos complementares para finalizar o processo licitatório da obra.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Ação:	3560-Capacitação e Aperfeiçoamento Funcional
Programa de Governo:	264-Desenvolvimento Institucional
Exercício:	2014
Tipo de Ação:	Projeto
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Promover aprimoramento profissional e cultural dos servidores da instituição
Produto:	Capacitação realizada



Estado de Mato Grosso

Unidade de Medida: Pessoa

Responsável pela Ação: Silvana Correa Vianna

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	364,00
Total:	364,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
400,00	400,00	364,00	91,00	91,00

Análise da Meta Física:

O planejado foi a capacitação de 400 servidores. Conseguimos capacitar 364 servidores até o mês de novembro. Porém em dezembro ocorrerá mais capacitações com a participação estimada em mais de 150 participantes entre membros e servidores, atingindo assim a meta priorizada.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	301.970,00	301.970,00	168.726,70	0,00	55,88	55,88
Total	301.970,00	301.970,00	168.726,70	0,00	55,88	55,88

Capacidade de Planejamento - PPD:

A não utilização da dotação orçamentária planejada deu-se ao fato de conseguirmos muitas parcerias e realizar cursos in company, capacitando com isso um número maior de servidores e utilizando uma menor quantidade de recursos financeiros. Utilizamos também alguns cursos oferecidos na modalidade EAD.

Capacidade de Execução - COFD:

O desempenho apurado "Deficiente" dá-se ao fato de ter sido estimado valores para determinados treinamentos que não foram utilizados, tendo em vista que no decorrer da execução do planejamento algumas demandas foram alteradas tanto o tipo de treinamento quanto a forma de realização. Informo ainda que não houve prejuízo na meta.

Alcance do Objetivo Específico:

A meta física atendeu a expectativa, atingindo 91%. A busca por novas metodologias contribuíram pelo desempenho cumprimento da ação. Pesquisas de novas ferramentas de treinamento e a implementação das mesmas tiveram uma repercussão positiva na Instituição e na qualificação dos servidores.

Outros aspectos relevantes:

O recurso previsto inicialmente para o cumprimento da meta foi suficiente não sendo necessária nenhuma complementação financeira. Segue alguns cursos realizados para membros e servidores: Curso de Libras, II Curso do Tribunal do Júri, Capacitação de Conselheiros Municipais de Saúde (Pólo de Cuiabá, Sinop, Barra do Garças, Tangará da Serra e Alta Floresta), Palestra "Movimento Maio Amarelo", Reunião com Promotores de Justiça que atuam na área Ambiental, Encontro dos Promotores de Justiça Eleitorais - Eleições 2014, Curso de Tutela de Patrimônio Público e Social, Seminário Estadual Pró-Catador: Inclusão Social e Produtiva das Catadoras e dos Catadores de Materiais Recicláveis, Curso Formação de Pregoeiros, Palestra Biopirataria e Crimes Cibernéticos, Curso de Inteligência e Investigação Ministerial - GAECO, II Encontro de Gestão da Ética Pública e Qualidade de Vida no Trabalho de MT, Ciclo de Estudos em Direito Eleitoral - Eleições 2014, Seminário: Socialização de Informações e Articulação de Rede para prevenir, apurar e combater torturas, Curso sobre Programa de ArcGIS Desktop 10.2, 1º Fórum Municípios e Soluções. Compra de vagas nos cursos: Configuring Cisco Nexus 5000 Switches (DCNX5K), Curso de Engenharia de Avaliações de Imóveis Urbanos, Seminário de Direito Eleitoral - Eleições 2014, Curso de Extensão em Engenharia Diagnóstica em Edificações, Treinamento Oficial VMware, Reunião de Trabalho - Encontro das Promotorias de Justiça situadas na Bacia do Alto Paraguai Promovida pela Procuradoria Especializada do Meio Ambiente, Curso de Extensão em Orçamento de Obras de Construção Pesada (SICRO2 - SICRO3), Programa APG Sênior - Amana-Key, Curso de Mediação - FESMP, além da participação de membros e servidores em cursos e/ou eventos em outros Estados.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:



Estado de Mato Grosso

Ação:	3562-Apoio aos Órgão de Execução do Ministério Público
Programa de Governo:	264-Desenvolvimento Institucional
Exercício:	2014
Tipo de Ação:	Projeto
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Subsidiar as ações dos órgãos de execução do Ministério Público na atuação judicial e extrajudicial.
Produto:	Apoio técnico prestado
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Sergio Silva da Costa

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	3,00
Total:	3,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
5,00	5,00	3,00	60,00	60,00

Análise da Meta Física:

A meta física da ação realizada apresenta-se altamente deficiente em razão dos últimos procedimentos licitatórios destinados à aquisição de equipamentos, livros e contratação de serviços de avaliação de imóveis, terem sido inexistentes, na medida em que restaram fracassados ou desertos e, considerando, ainda, não haver tempo hábil para reabertura do procedimento licitatório. Tais aquisições e contratações, mesmo após mais de uma tentativa de realização das licitações, não foram ainda concretizadas pelas razões acima expostas, quais sejam, as licitações foram desertas ou fracassadas. Cabe ressaltar, que a especificidade dos equipamentos, bem como a natureza da prestação de serviços dificultaram a efetivação das contratações, por se tratar de bens e serviços demasiadamente complexos.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	485.800,00	485.800,00	342.790,55	0,00	70,56	70,56
Total	485.800,00	485.800,00	342.790,55	0,00	70,56	70,56

Capacidade de Planejamento - PPD:

O desempenho acima apurado, além da otimização dos recursos pelo setor, é resultado de licitações desertas e fracassadas, cujos objetos são equipamentos para a realização de perícias técnicas, com especificações demasiadamente complexas, e de prestação de serviços que ainda não haviam sido contratados pela Instituição (perícia de avaliação de imóveis). Contratações essas que embora tenham sido previstas no orçamento não puderam ser concretizadas por circunstâncias alheias à vontade deste Centro de Apoio Operacional. Ou seja, o fato de não ter sido utilizado todo o recurso orçamentário previsto inicialmente, deu-se em razão de não ter conseguido obter êxito nos certames realizados no exercício, seja por ausência de interesse das empresas, seja por ter obtido propostas superiores à estimativa da Administração, o que resultou no fracasso dos certames.

Capacidade de Execução - COFD:

O desempenho da capacidade operacional financeira da despesa deve-se ao fato de que as ações foram realizadas em consonância com a nova reprogramação das despesas e os recursos foram suficientes à satisfação das necessidades do setor, tendo em vista que, com exceção das licitações em que não se obteve êxito, todas as demais contratações de serviços e aquisições, necessárias ao atendimento da demanda foram bem sucedidas.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo é subsidiar as ações dos órgãos de execução do Ministério Público na atuação judicial e extrajudicial. O objetivo foi parcialmente atingido, por meio da Coordenadoria-Geral do CAOP, na medida em que foi promovida a eficácia das ações institucionais, proporcionadas pela equipe técnica e com as aquisições e contratações de serviços realizadas.

Outros aspectos relevantes:



Estado de Mato Grosso

Com o resultado obtido foi possível a concretização de várias ações e o alcance dos seguintes resultados, até 16/12/2014:

536 - Perícias técnicas, considerando as realizadas pela Equipe de técnicos do quadro de servidores, pelos profissionais dos Convênios e Termo de Cooperação Técnica e pela parceria entre eles, de todas as áreas técnicas, quais sejam: Contabilidade, Engenharia Civil, Engenharia Florestal, Biologia, Geologia, Arquitetura, Engenharia Sanitarista, entre outras;

611 - pesquisas jurídicas, realizadas pelo núcleo de apoio técnico-jurídico; dentre outras atividades desenvolvidas pelo CAOP.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:



Estado de Mato Grosso

Ação:	3560-Capacitação e Aperfeiçoamento Funcional
Programa de Governo:	264-Desenvolvimento Institucional
Exercício:	2014
Tipo de Ação:	Projeto
Unidade Responsável:	08601-FUNDO DE APOIO AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
Objetivo Específico:	Promover aprimoramento profissional e cultural dos servidores da instituição
Produto:	Capacitação realizada
Unidade de Medida:	Pessoa
Responsável pela Ação:	Silvana Correa Vianna

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	20,00
Total:	20,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
35,00	35,00	20,00	57,14	57,14

Análise da Meta Física:

O percentual de 57,14, considerado Deficiente em relação a meta prevista, mas informo que não houve prejuízo Institucional uma vez que nos anos anteriores, foram ofertados várias especializações e geralmente superando a meta priorizada.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
240	438.576,00	438.576,00	179.707,50	0,00	40,98	40,98
640	0,00	297.207,04	36.025,50	0,00	0,00	12,12
Total	438.576,00	735.783,04	215.733,00	0,00	49,19	29,32

Capacidade de Planejamento - PPD:

O conceito Deficiente não tem reflexo de forma negativa na capacidade de planejamento uma vez que as vagas foram disponibilizadas e oferecidas aos servidores.

Capacidade de Execução - COFD:

Nem todas as despesas previstas foram executadas neste exercício tendo em vista que algumas despesas prolongou-se em sua fase de contratação, portanto restando um saldo financeiro que será utilizado no exercício vindouro. Por outro lado, esse conceito „Altamente Deficiente“ não tem reflexo de forma negativa na capacidade de planejamento uma vez que as ações definidas para este exercício foram todas realizadas com sucesso, havendo apenas um número de participações abaixo do esperado.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo da meta era disponibilizar vagas de cursos de Pós-graduação a servidores, fato este que ocorreu. O não cumprimento da meta deu-se ao fato, conforme explicado na meta física, da não participação dos servidores nos cursos ofertados.

Outros aspectos relevantes:

Cursos de Especialização oferecidos aos membros e servidores desta Instituição: Especialização em Direito Penal e Processual Penal e Especialização em Processo Civil com Ênfase na Reforma do CPC.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO ANALÍTICO DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Exercício:	2014
Programa:	287-Defesa da Cidadania e Respeito aos Direitos do Cidadão
Objetivo Estratégico do PPA:	11-Melhorar a prestação de serviços públicos
Tipo de Programa:	Finalístico
Origem do Programa:	Demandas registradas pelas Promotorias de Justiça no ano de 2010, evidenciam ações empreendidas em prol dos serviços públicos relacionados aos direitos sociais. Assim, extrai-se a representatividade das demandas da seguinte forma: a) 35,76% Saúde; b) 8,49% Idoso; c) 6,79% Educação e Pessoa com Deficiência. De outro modo, as informações dos serviços públicos de saúde apontam grande demanda por cirurgias ortopédicas para atendimento das vítimas de acidentes de trânsito, sendo extraído das promotorias de justiça criminais que no ano de 2010 foram registradas 23.169 ocorrências por delitos de trânsito. Desse modo, identificado os casos de desrespeito ao cidadão e violação de seus direitos fundamentais, foi elaborado o presente programa para oportunizar o desenvolvimento de uma sociedade onde segurança, educação e saúde pública sejam direitos plenamente assegurados aos cidadãos matogrossenses.
Objetivo do Programa:	Reduzir os casos de violação aos direitos do cidadão.
Público Alvo:	Sociedade matogrossense
Unidade Resp. Programa:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Gestor(a) do Programa:	Edmilson da Costa Pereira

INDICADORES						
Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Apurado 2014	Data Apuração
Índice de utilização dos instrumentos de interação comunitária Fonte: Sistema GEAP	Anual	Percentual	440	500	477,00	01/12/2010
Índice de resolatividade extrajudicial de cidadania Fonte: Sistema GEAP	Anual	Percentual	36	56	63,15	01/12/2014

Análise de Indicadores do Programa:

Índice de resolatividade extrajudicial da cidadania:

O Ministério Público recebeu na área da cidadania 6.704 demandas (Notícia de Fato) em 2014, resultando na instauração de 1.936 novos procedimentos investigatórios (Inquérito Civil e Procedimento Preparatório), sendo registrado o arquivamento de 4.234 procedimentos, seja pela realização de Termo de Ajustamento de Conduta, atendimento de Notificação Recomendatória, Resolução Extrajudicial da demanda e outros.

Observa-se ainda o ajuizamento de 1463 novas demandas, visando resguardar os direitos dos idosos, pessoa com deficiência, consumidor, saúde da população mato-grossense e outros assuntos afetos a área da cidadania.

Índice de utilização dos instrumentos de interação comunitária

Os dados extraídos do SIMP demonstram uma efetiva utilização dos instrumentos de interação pelos Promotores da Cidadania com população matogrossense, no ano de 2014 foram realizadas 165 inspeções/vistorias, 300 reuniões e 12 audiências públicas.

Assim, contabilizamos a utilização de 477 instrumentos de interação comunitária no ano de 2014.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DO PROGRAMA

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	120.000,00	49.351,00	49.351,00	0,00	41,13	100,00
Total	120.000,00	49.351,00	49.351,00	0,00	41,13	100,00



Estado de Mato Grosso

Execução:

O plano de ação de 2014 com foco na saúde foi executado dentro do planejado, capacitamos 147 conselheiros de saúde de 32 municípios do estado de Mato Grosso, proferindo palestras, treinamentos nas cidades polos de cada região (Cuiabá, Sinop, Cáceres, Barra do Garças, Rondonópolis e Tangará da Serra). Disponibilizamos ainda, cartilhas confeccionadas visando atender a realidade e os problemas enfrentados pelos profissionais da saúde de nosso estado.

Quanto ao custo individualizado de cada ação, as dificuldades apontadas nos anos anteriores persistem, vez que nas Promotorias de Justiça, alguns custos foram alocados no Programa de Apoio Administrativo.

- Capacidade de planejamento:

Priorizamos nas ações promovidas pela Procuradoria Especializada e Promotorias de Justiça a utilização do meio eletrônico, diminuindo o custo operacional, assim, não se fez necessário a utilização de todo recurso disponível.

- Capacidade de execução:

O desempenho da execução financeira foi realizado no prazo. O valor da dotação final é inferior devido a reprogramação de ações que envolviam custo direto e priorização de ações que demandaram atuação jurídica, cujas despesas correntes estão previstas nos custos de apoio administrativo pessoal.

Não só na área da saúde houve a promoção de medidas, confeccionamos cartilhas informativas abordando o uso de vagas especiais destinadas as pessoas com mobilidade reduzida.

Resultados:

O trabalho desempenhado no ano de 2014 alcançou todos os parâmetros estabelecidos no PPA 2012-2015, tendo 63,15% de resolatividade extrajudicial na cidadania.

Todas as ações promovidas pelas Promotorias da Cidadania foram realizadas em prol da sociedade matogrossense, atuando com afinco na defesa da saúde, educação, consumidor, idosos e pessoa com deficiência.

Na área da saúde, 32 Termos de Ajustamento de Conduta foram celebrados visando o cumprimento das normas de vigilância sanitária, ações de combate do mosquito da dengue, regularização dos serviços hospitalares e farmacêuticos prestados a população matogrossense. Contabilizamos ainda, a instauração de 463 procedimentos investigatórios e expedição de 329 notificações recomendatórias.

Em prol do consumidor, 444 procedimentos investigatórios foram instaurados, culminando na celebração de 115 Termos de Ajustamento de Conduta coibindo a execução praticas abusivas, comercialização de produto impróprio para o consumo, instalação de Procon's municipais e descumprimento das normas de vigilância sanitária.

Na área da educação, visando a melhoria da qualidade do ensino, frequência escolar, transporte e qualificação dos educadores, instauramos 100 procedimentos investigatórios, resultando na celebração de 04 Termos de Ajustamento e na expedição de 33 Notificações Recomendatórias.

Em todas as áreas de atuação, a resolução dos problemas levados ao Ministério Público e satisfação do público-alvo (sociedade) foi priorizado. Na saúde, área eleita no plano de ação de 2014, trabalhamos em prol da melhoria dos serviços hospitalares e farmacêuticos prestados a população. Capacitamos ainda, 147 conselheiros municipais de saúde, contribuindo diretamente na qualidade do controle social exercido por esses agentes.

Principais restrições e providências adotadas:

Nada a observar

Outros aspectos relevantes:

Nada a observar

Outros produtos entregues:

Nada a observar

Recomendações da Unidade responsável pelo programa:

Nada a observar



Estado de Mato Grosso

Avaliação das Ações do Programa

Ação:	3843-Defesa dos Direitos do Cidadão a Saúde
Programa de Governo:	287-Defesa da Cidadania e Respeito aos Direitos do Cidadão
Exercício:	2014
Tipo de Ação:	Projeto
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Exigir a efetivação do atendimento na rede de atenção básica de saúde de acordo com os padrões do sistema único de saúde
Produto:	Ação ministerial proposta
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Edmilson da Costa Pereira

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	60,00
Total:	60,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
60,00	60,00	60,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física:

A meta estipulada foi completamente atingida. Todas as Promotorias de Justiça empenharam esforços para melhoria dos serviços hospitalares e farmacêuticos prestados a população matogrossense, sempre atendendo as normas de vigilância sanitária.

Contabilizamos ainda, a instauração de 463 procedimentos investigatórios, expedição de 329 notificações recomendatórias e a celebração de 32 Termos de Ajustamento de Conduta.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	120.000,00	49.351,00	49.351,00	0,00	41,13	100,00
Total	120.000,00	49.351,00	49.351,00	0,00	41,13	100,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

Não se fez necessário a utilização da totalidade dos recursos financeiros disponíveis, uma vez que priorizamos a utilização do meio eletrônico, diminuindo o custo operacional e resultando no desempenho apurado no PPD, porém, realizamos todas as medidas previstas no plano de ação.

Assim, não se fez necessário a suplementação dos recursos.

Capacidade de Execução - COFD:

O desempenho na execução financeira foi realizado dentro dos prazos estabelecidos, justifica-se a não utilização do valor total inicialmente previsto em virtude da reprogramação das ações que envolviam custo direto e priorização das ações que demandaram atuação jurídica cujas despesas correntes estão previstas nos custos de apoio administrativo-pessoal.

Alcance do Objetivo Específico:

Apesar de todo recurso financeiro disponível não ter sido utilizado em sua totalidade, a meta inicialmente estabelecida foi alcançada.

Capacitamos 147 conselheiros de saúde de 32 municípios do estado de Mato Grosso, disponibilizando cartilhas em consonância com a realidade e os problemas enfrentados pelos profissionais da saúde de nosso estado.

Outros aspectos relevantes:

Nada a Observar



Estado de Mato Grosso

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Nada a Observar



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO ANALÍTICO DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Exercício:	2014
Programa:	316-Efetividade da Legislação Penal
Objetivo Estratégico do PPA:	10-Expandir a atividade econômica com agregação de valor à produção local
Tipo de Programa:	Finalístico
Origem do Programa:	A deficiente mensuração dos resultados atuais do Ministério Público, que tem causa na falta de informações criminais que permitam a instituição, conhecer e avaliar a eficiência, eficácia e efetividade de seus serviços, e estabelecer um planejamento estratégico adequado.
Objetivo do Programa:	Melhoria dos indicadores de impacto atuais se dará por meio da implantação do sistema de informações criminais com indicadores de resultados e dados estatísticos, que permitirá realizar diagnósticos acerca do desempenho das atividades na área criminal e adotar as medidas necessárias e adequadas para a satisfação das metas institucionais que venham ser ou tenham sido estabelecidas no planejamento estratégico.
Público Alvo:	SOCIEDADE
Unidade Resp. Programa:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Gestor(a) do Programa:	Mauro Viveiros

INDICADORES						
Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Apurado 2014	Data Apuração
Nº e índice de impronúncias contrárias ao pedido do MP Fonte: MP	Anual	Percentual	0	1	7,90	28/11/2014
Nº e índice de prescrição da pretensão punitiva Fonte: GEAP	Anual	Percentual	0	2	24,30	28/11/2014
Nº e índice de redução de processos com pronúncias superiores a 4 anos Fonte: GEAP	Anual	Percentual	0	100		
Nº e índice de absolvições singulares contra o pedido do MP Fonte: GEAP	Anual	Percentual	0	2		
Nº e índice de absolvições plenárias, contrárias ao pedido do MP Fonte: MP	Anual	Percentual	0	5	15,40	28/11/2014
Nº e índice de recursos providos conforme o pedido do MP Fonte: GEAP	Anual	Percentual	0	80		
Nº e índice de estoque de feitos Fonte: MP	Anual	Percentual	0	30		
Nº e índice de condenações do juízo singular contrárias ao pedido do mp Fonte: MP	Anual	Percentual	0	.5	1,60	28/11/2014
Nº e índice de absolvições sumárias contrárias ao pedido do MP Fonte: MP	Anual	Percentual	0	1		
Nº e índice de condenações plenárias, contrárias ao pedido do MP Fonte: GEAP	Anual	Percentual	0	.5	10,20	28/11/2014
Nº e índice de arquivamento de inquéritos policiais por não identificação de autoria Fonte: MP	Anual	Percentual	0	10	65,40	28/11/2014
Nº e índice de recursos improvidos contra o pedido do MP Fonte: GEAP	Anual	Percentual	0	0		

Análise de Indicadores do Programa:



Estado de Mato Grosso

O programa foi criado no sentido de promover a efetividade da legislação penal (ações penais e execução penal), já que inclui atividades precípuas do Ministério Público, como uma das instituições do sistema penal, onde a "redução da impunidade" (nomenclatura antes utilizada para o programa), passa a figurar como uma das consequências da própria efetividade.

Para tanto, pensou-se na criação e análise de indicadores de impacto, estatísticos e de resultado, cuja implantação de mais de 100 deles, já tem permitido a realização de diagnósticos acerca do desempenho na área criminal e por consequência, a adoção de medidas adequadas para a satisfação das metas institucionais estabelecidas.

Os indicadores revelam que o índice dessa efetividade da legislação penal tem-se revelado satisfatório se considerarmos a morosidade que, como um todo, permeia os procedimentos de ordem judicial, todavia, existem ações, cuja dependência de ações/dados externos, caminham a passos um pouco mais lentos tais como aqueles indicadores que dependem de dados fornecidos pela Polícia, assim como aqueles pendentes de implantação em face da necessidade da aprovação de complementos na Tabela de Taxonomia implantada pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DO PROGRAMA

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	120.000,00	132.100,00	131.501,61	0,00	109,58	99,55
161	0,00	192.197,13	172.900,74	0,00	0,00	89,96
300	0,00	4.229,44	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	120.000,00	328.526,57	304.402,35	0,00	253,67	92,66

Execução:

A realização orçamentária e financeira do programa, aponta certa divergência entre a capacidade de planejamento e execução, tendo a régua de parâmetros classificado a capacidade de planejamento com ζ altamente deficiente ζ e a capacidade de execução como ζ ótima ζ . O descompasso decorreu do fato de que várias ações foram implementadas mediante a utilização dos recursos humanos e materiais disponibilizados que se mostraram suficientes.

Resultados:

A implantação de um Sistema de Informações Criminais, tem permitido melhor conhecer e avaliar a eficiência, a eficácia e a efetividade dos serviços prestados, tanto no âmbito do Ministério Público como em outras áreas que, ainda que, indiretamente, estejam sob o seu controle, tais como a atividade policial.

O Sistema de Gestão por Indicadores - SGI implantado, tem possibilitado a emissão de relatórios, aptos a dar conhecimento da eficiência, eficácia e efetividade dos serviços prestados em determinada Promotoria e em determinado período de tempo, de forma a proporcionar um Planejamento Estratégico cada vez mais acertado.

A criação da Central de Acompanhamento de Penas Alternativas - CAPEX, tem possibilitado não só o acompanhamento propriamente dito, do cumprimento das respectivas penas, como também a reinserção dos condenados na comunidade, assegurando-lhe, desde já, o trabalho e a convivência.

Principais restrições e providências adotadas:

Sem observações.

Outros aspectos relevantes:

As ações foram realizadas dentro do previsto de forma a implementar aquilo que foi, inicialmente, proposto não havendo registro de quaisquer aspectos cuja relevância se faça observar.

Outros produtos entregues:

O Sistema de Gestão por Indicadores - SGI, entregou, juntamente com o painel de indicadores da área criminal, composto de mais de 100 fórmulas de indicadores, de resultado, de impactos e estatísticos, um Cadastro de Acusados de Tráfico, capaz de gerar relatórios e gráficos demonstrativos do perfil do acusado de tráfico no estado de Mato Grosso, assim como da natureza e da quantidade de droga apreendida por local (Comarca) dando a conhecer onde e como o tráfico deve ser enfrentado.

Recomendações da Unidade responsável pelo programa:

Se antes havia falta de informações capazes de orientar um Planejamento Estratégico adequado, hoje, diante das ações implementadas já é possível obter indicadores capazes de demonstrar os resultados, o impacto e até mesmo dados estatísticos no âmbito da área criminal do Ministério Público.

Todavia, a manutenção da fidedignidade dessas informações recomenda a capacitação dos servidores novos e constante conscientização de todos os servidores que atuam no preenchimento do Cadastro de Acusados e dos feitos criminais.



Estado de Mato Grosso

Avaliação das Ações do Programa

Ação:	5018-Implantação do Modelo de Fiscalização da Execução Penal
Programa de Governo:	316-Efetividade da Legislação Penal
Exercício:	2014
Tipo de Ação:	
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Estruturar uma central de fiscalização e acompanhamento da execução de penas e medidas alternativas, visando contribuir para maior dignidade e a reinserção social dos beneficiários, através de um modelo de equipe interdisciplinar no atendimento e fiscalização dos reeducandos.
Produto:	Ação mantida
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Mauro Viveiros

META FÍSICA

Região de Planejamento	Meta
ESTADO	40,00
Total:	40,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
40,00	40,00	40,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física:

A meta foi atingida mediante a integração de recursos provenientes de um convênio firmado entre a Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso e Ministério da Justiça. Foi criada uma Central de Fiscalização do cumprimento de penas e medidas alternativas formada por uma equipe multidisciplinar e uma de apoio técnico, devidamente compostas e equipadas, sob a coordenação e subordinação direta do Ministério Público, e se encontra em pleno funcionamento com a implementação de mecanismos eficientes que promovem o acompanhamento interdisciplinar das penas e medidas alternativas nas Comarcas de Cuiabá e Rondonópolis.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	60.000,00	82.100,00	81.501,61	0,00	135,84	99,27
161	0,00	192.197,13	172.900,74	0,00	0,00	89,96
300	0,00	4.229,44	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	60.000,00	278.526,57	254.402,35	0,00	424,00	91,34

Capacidade de Planejamento - PPD:

O desempenho apurado no PPD, resultou da realização de um convênio firmado entre a Procuradoria Geral de Justiça e o Ministério da Justiça e da consequente integração de recursos. Assim, a classificação intitulada na régua de parâmetros como "Altamente Deficiente", não revela uma deficiência propriamente dita mas a utilização de recursos provenientes de outro órgão, cujo aporte de recursos deu-se no início do exercício em curso na fonte de convênio, no intuito de promover a estruturação de uma Central de Fiscalização do cumprimento de penas e medidas alternativas coordenada pelo Ministério Público de Mato Grosso.

Capacidade de Execução - COFD:

O resultado atingido (91,34 %), derivou da aplicação dos recursos disponíveis, de maneira criteriosa e criteriosa e responsável nas atividades desenvolvidas no plano de estruturação da Central de fiscalização do cumprimento de penas e medidas alternativas, coordenada pelo Ministério Público, via da Procuradoria Criminal Especializada, conforme orçamento reservado pelo governo do Estado e pelo Ministério da Justiça mediante convênio, demonstrando a capacidade de execução financeira do orçamento na fiscalização e acompanhamento da execução de penas e medidas alternativas.

Alcance do Objetivo Específico:



Estado de Mato Grosso

As ações executadas neste programa permitiram a eficácia do resultado no sentido de promover a fiscalização da execução das penas e das medidas alternativas à prisão, zelando pelo interesse público, por um lado, na efetivação do título judicial e, por outro, na proteção dos direitos fundamentais do apenado, o que está em plena sintonia com os objetivos da ação no sentido de instituir um modelo de atuação diferenciado visando contribuir para maior dignidade e a reinserção social dos beneficiários de penas e medidas alternativas à prisão.

Outros aspectos relevantes:

Ressalta-se que a intenção vem sendo aquela de promover, de um lado, as funções de prevenção e repressão penal e, de outro, a busca pela melhora na qualidade da execução das alternativas legais à privação de liberdade, mediante aprimoramento do monitoramento respectivo por meio de estruturação de uma central de apoio e um núcleo de acompanhamento.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Não há recomendação específica para esta ação, pois as ações após finalização do convênio, serão mantidas com recursos próprios da Procuradoria Geral de Justiça.

Ação:	5019-Implantação do Controle Externo da Atividade Policial
Programa de Governo:	316-Efetividade da Legislação Penal
Exercício:	2014
Tipo de Ação:	
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Possibilitar às instituições policiais implantar um sistema de informações e estatísticas e um sistema de gestão por indicadores sobre seus produtos para mensurar o resultado das atividades de prevenção e repressão da criminalidade.
Produto:	Sistema de gestão por indicadores das polícias civil e militar orientado e acompanhado
Unidade de Medida:	Unidade
Responsável pela Ação:	Mauro Viveiros

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	2,00
Total:	2,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
45,00	45,00	2,00	4,44	4,44

Análise da Meta Física:

Não foi possível obter a meta fixada, pois esta ação está em sua fase preliminar que consiste na integração e interação com os órgãos que integram o sistema de segurança pública. Em que pese haver algumas interlocuções com as polícias não houve avanços no tocante o alcance do objetivo específico, consistente na obtenção de dados e informações que possam implementar o mecanismo de informações e estatísticas que integrarão o sistema de gestão por indicadores para mensurar o resultado das atividades de prevenção e repressão da criminalidade.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	60.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	83,33	100,00
Total	60.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	83,33	100,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

A despesas previstas inicialmente concretizaram-se, parcialmente, no exercício do ano de 2014, o que resultou na classificação tida como resultado "Bom".

Capacidade de Execução - COFD:



Estado de Mato Grosso

Os recursos foram devidamente liberados em fluxo compatível com a programação, sem atrasos e contingências. Também não houve a necessidade de créditos orçamentários adicionais, resultando no desempenho apurado de 100% da capacidade de executar financeiramente o orçamento.

As ações realizadas nesse exercício foram compatíveis com as dotações autorizadas na LOA, não havendo casos de contingenciamento ou anulações. As medidas/tarefas foram adequadas, inclusive economicamente, para o fim proposto.

Alcance do Objetivo Específico:

Apesar do objetivo específico não ter sido atingido por razões externas, algumas ações previstas foram executadas tais como a capacitação e aperfeiçoamento da equipe para desenvolver os procedimentos que contribuirão de forma quantitativa e qualitativa para a implementação da ação projetada.

Outros aspectos relevantes:

Sem observações.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Só não foi possível a aplicação da totalidade dos recursos disponíveis na execução do Programa, em função da carência de alguns dados externos solicitados à Polícia que têm por finalidade servir de subsídio às ações planejadas e pendentes de execução.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO ANALÍTICO DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Exercício:	2014
Programa:	331-Defesa Ambiental e Organização das Cidades
Objetivo Estratégico do PPA:	01-Melhorar a conservação ambiental dos biomas Mato-grossenses e as práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais
Tipo de Programa:	Finalístico
Origem do Programa:	A utilização inadequada dos recursos naturais e o crescimento desordenado das cidades, aliados a falta de implementação de Políticas Públicas voltadas para a proteção do meio ambiente natural e urbano, geram graves problemas que serão suportados não apenas pela presente geração, mas também, pelas futuras. São típicos exemplos poluição dos recursos hídricos, degradação da cobertura vegetal, acúmulo de resíduos sólidos e exclusão social decorrente da ausência de regularização fundiária.
Objetivo do Programa:	Atuar visando a proteção do patrimônio natural e a organização dos espaços habitáveis, de modo a propiciar melhores condições de vida à coletividade
Público Alvo:	Sociedade
Unidade Resp. Programa:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Gestor(a) do Programa:	Luiz Alberto Esteves Scaloppe

INDICADORES						
Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Apurado 2014	Data Apuração
Índice de focos de calor Fonte: CPTEC/INPE	Anual	Percentual	260130	156078	166.157,00	15/12/2014
Índice de municípios com aterro sanitário licenciado Fonte: SEPLAN/MT	Anual	Percentual	8	60	9,00	15/12/2014

Análise de Indicadores do Programa:



Estado de Mato Grosso

No exercício das atribuições que lhe são inerentes, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso vem acompanhando os índices de focos de calor do Estado de Mato Grosso, numa perspectiva de buscar a redução das queimadas urbanas e rurais por meio de ações preventivas, especialmente de educação ambiental, e de ações repressivas.

Quanto ao índice de focos de calor apurados em 2014 (informações obtidas junto ao Instituto de Pesquisas Espaciais - INPE), apesar de ainda ser expressivo no Estado de Mato Grosso, destaca-se a implementação de ações preventivas e educativas que vem sendo realizadas no âmbito ministerial, e também pelo Poder Público.

Visando tal desiderato, o Ministério Público vem envidando esforços para estimular ações educativas e que promovam o combate preventivo e repressivo de queimadas. Exemplo disso é o Projeto "Diário de Queimadas desenvolvido pela Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental e Ordem Urbanística que, mediante a criação de pioneiro software, a partir de base livre, com programação em PHP, efetuou o monitoramento remoto das queimadas em todo o Estado de Mato Grosso durante o período proibitivo (de 15/07/2014 a 30/09/2014). Nesse período, foi detectado o total de 98.513 focos de calor que, por sua vez, geraram procedimentos administrativos para serem encaminhados aos Promotores de Justiça competentes para a adoção das providências cabíveis.

Ainda, tem-se a parceria "Mato Grosso unido contra as queimadas", celebrada ao final de 2011, cujos efeitos das ações educativas perduram até os dias atuais, contando com o apoio do Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado, Associação Mato-grossense dos Municípios e Poder Executivo Estadual.

Com o fim de buscar uma redução ainda maior desses índices de focos de calor, bem como, uma atuação eficiente das entidades do Poder Público responsáveis pelo combate às queimadas, a Procuradoria de Justiça Especializada vem acompanhando diretamente o trabalho do Batalhão Ambiental da Polícia Militar e também do Corpo de Bombeiros, promovendo, inclusive, uma aproximação entre os Promotores de Justiça e as referidas instituições, para que atuem de forma coesa e integrada nas diversas questões referentes à proteção ambiental, inclusive às queimadas.

No que tange ao índice de Municípios com aterro sanitário licenciado, foi apurado junto à Gerência de Resíduos Sólidos, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, que até o final de 2014 somente os seguintes Municípios apresentavam aterros sanitários com Licença de Operação: Colíder (LO válida até 27/04/2015), Cotriguaçu (LO válida até 22/05/2015); o aterro privado CGR de Cuiabá (LO válida até 2016); Ipiranga do Norte (LO válida até 2016); Lucas do Rio Verde (LO válida até 2016); Nova Mutum (LO válida até 2016); Sorriso (LO válida até 2016); Tapurah (LO válida até 2016) e Vera (LO válida até 2016). Os demais municípios do Estado não possuem aterros sanitários licenciados junto ao órgão ambiental.

Desta feita, considerando a necessidade de exigir que os Municípios pleiteiem junto à SEMA a renovação da Licença de Operação dos aterros já em funcionamento, assim como, que atendam às exigências do órgão ambiental para que obtenham o devido licenciamento daqueles aterros que ainda não a possuem, esta Procuradoria de Justiça Especializada tem mantido contato (pessoal, telefônico e por e-mail) com os Promotores de Justiça das respectivas comarcas, para que também acompanhem ativamente a atuação do Poder Público Municipal, oficiando-os para que se ajustem o mais rápido possível às normas ambientais referentes à gestão dos resíduos sólidos, valendo-se de meios extrajudiciais e judiciais para tanto.

Não obstante isso, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da Procuradoria Especializada em Defesa Ambiental e Ordem Urbanística, juntamente com o Ministério Público do Trabalho, realizou Reunião Pública, no dia 05/06/2014, para discutir as questões relativas ao encerramento dos lixões em Mato Grosso, oportunidade em que foram apresentadas propostas e encaminhamentos, visando precipuamente a atuação integrada em todo o Estado, envolvendo os Municípios e o seu fortalecimento, para o fim de se implementar a destinação adequada dos resíduos sólidos, em consonância com as disposições legais, e na vertente social promover a inclusão dos catadores.

Ademais, o acompanhamento in loco também vem sendo realizado pela assessoria técnica em Biologia e Engenharia Florestal, desta Especializada, tendo sido produzido laudos referentes à disposição irregular de resíduos sólidos em áreas de preservação permanente (APP) no Município de Cuiabá e também no interior do Estado. Destaque-se que o auxílio da assessoria técnica vem sendo ofertado aos Promotores de Justiça atuantes na área ambiental a fim de instruir suas investigações em curso e subsidiar eventuais medidas extrajudiciais, como a celebração de TAC, com informações técnicas a respeito da situação dos resíduos sólidos em ca

ANÁLISE DO DESEMPENHO DO PROGRAMA

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	120.000,00	60.134,69	56.098,69	0,00	46,75	93,29
Total	120.000,00	60.134,69	56.098,69	0,00	46,75	93,29

Execução:

No tocante ao Programa em comento, a previsão de execução orçamentária e financeira consistiu, sinteticamente, em (1) capacitação de membros e servidores da assessoria em temas referentes à proteção do meio ambiente natural e organização das cidades e (2) formação de quadro especializado para assessorar em assuntos da área da Biologia, Arquitetura, Engenharia Florestal e Geoprocessamento (este último, especialmente no que se refere à captação de imagens georreferenciadas).

Importante destacar que houve compatibilidade entre a dotação inicialmente prevista e a projeção das despesas realizadas. Os recursos humanos e materiais, bem como a realização de eventos e grupos de estudos e debates permanecem sendo implementados. Quanto à infraestrutura necessária para a execução do programa, é de se registrar que há salas suficientes, porém a mesma continua sendo implementada de acordo com as necessidades de execução do programa, tais como as atinentes à aquisição de material de consumo e de material permanente.

No que concerne ao cumprimento das metas físicas, observa-se que, muito embora não tenha sido utilizado todo o recurso orçamentário destinado ao programa, a Procuradoria de Justiça Especializada vem atuando de forma satisfatória em busca do alcance das metas ora estipuladas, sempre visando uma atuação conjunta e auxiliar aos Promotores de Justiça.

Resultados:



Estado de Mato Grosso

A efetividade do programa tem se mostrado satisfatória, mediante uma atuação ministerial forte e presente em diversas frentes de trabalho referentes à defesa ambiental e urbanística, especialmente as eleitas aqui como prioritárias, seja em âmbito judicial, como extrajudicial.

Durante o exercício de 2014, destaca-se a participação da Procuradoria de Justiça Especializada em diversos Conselhos, Fóruns e Comissões da área ambiental (tais como: Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA; Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Mato Grosso - CIEA/MT; o Fórum Mato-grossense de Combate aos Agrotóxicos; Rede Latino Americana de Ministério Público Ambiental; etc.). Vale registrar que, no corrente ano, a Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental e Ordem Urbanística elaborou um programa de participação dos Promotores de Justiça que atuam na área ambiental na Capital e no interior junto ao Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, visando estimular tal interlocução do Ministério Público Estadual no acompanhamento das questões ambientais concernentes à sua área de atuação e da discussão das políticas públicas ambientais a serem implantadas no âmbito do Estado de Mato Grosso.

Ainda, vale registrar que tem sido tomada as providências necessárias para a organização do XV Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente, a ser realizado em abril de 2015, em parceria com a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente - ABRAMPA, resultado da atuação direta da Procuradoria Especializada através das ações voltadas para a defesa do meio ambiente e da ordem urbanística, inclusive, mediante a organização e realização com êxito de vários eventos atinentes à área em anos anteriores.

Ademais, em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPA) da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso, foram criados, de forma inovadora, dois Cursos de Especialização, sendo um em Direito Ambiental (CEDA) e outro em Direito Ambiental e Urbanístico (CEDAU), ambos oferecidos gratuitamente aos Promotores de Justiça e agentes públicos, e um curso de Especialização em Direito Ambiental (CEDA2) autofinanciável oferecido para a sociedade em geral, visando a capacitação de membros e servidores do Ministério Público atuantes na área ambiental e urbanística, cuja finalização do projeto ocorreu no exercício de 2014.

No decorrer de 2014, na área da Biologia, Engenharia Florestal, Geoprocessamento e Urbanismo, foram realizados 104 (cento e quatro) Laudos Técnicos, atendendo às demandas dos Promotores de Justiça, abrangendo diversos Municípios, como Alto Araguaia, Cáceres, Feliz Natal, Jauru, Vera, Vila Bela da Santíssima Trindade, entre outros. Os procedimentos variam entre Laudos de Vistoria, Perícias em parceria com o Centro de Apoio Operacional do Ministério Público (CAOP) e Pareceres Técnicos sobre relatórios e imagens enviadas.

Tais procedimentos são referentes à imagens de georreferenciamento, de áreas urbanas e rurais, referentes às dinâmicas de ocupações irregulares, desmatamento, queimadas, degradação, alteração ambiental, identificação de proprietários no meio ambiente rural e urbano, disposição irregular de resíduos sólidos, desmatamento, processos erosivos e áreas degradadas, poluição hídrica, alterações ambientais, abandono de áreas, aterramento de nascentes, poluição visual, ocupação irregular de Áreas de Preservação Permanente (APP), irregularidades em cemitérios, uso e ocupação do solo, hidrelétricas, agrotóxicos.

Na área do Urbanismo, no decorrer do ano de 2014, as vistorias e laudos técnicos de apoio realizados, atendendo às demandas dos Promotores de Justiça, são referentes à: (1) verificação das condições de acessibilidade e adequação às normas urbanísticas, com elaboração de laudo técnico detalhado; (2) análise e elaboração de relatório técnico detalhado referente à adequação de Estudos de Impacto de Vizinhaça/Relatório de Impacto de Vizinhaça (EIV/RIV) às normas urbanísticas de empreendimentos e operações urbanas consorciadas; (3) participação em audiências públicas sobre empreendimentos e operações urbanas consorciadas.

Ainda, foram realizados atendimentos aos Promotores de Justiça com atuação na área, com o fim de esclarecer questões técnicas de urbanismo e auxiliar nas demandas respectivas, por meio de telefone, e-mail e visitas ao gabinete.

Principais restrições e providências adotadas:

Não há restrições e providências a serem relatadas.

Outros aspectos relevantes:

Não há outros aspectos relevantes a serem informados.

Outros produtos entregues:

Não há outros produtos entregues a serem mencionados.

Recomendações da Unidade responsável pelo programa:

Não há recomendações da unidade.



Estado de Mato Grosso

Avaliação das Ações do Programa

Ação:	5127-Controle da Qualidade do Meio Ambiente Natural
Programa de Governo:	331-Defesa Ambiental e Organização das Cidades
Exercício:	2014
Tipo de Ação:	
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Atuar visando a proteção dos recursos naturais.
Produto:	Ação ministerial proposta
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Luiz Alberto Esteves Scaloppe

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	5,00
Total:	5,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
5,00	5,00	5,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física:

O Ministério Público Estadual, visando atingir os fins previstos, atuou de maneira integrada em todo o Estado.

As medidas inicialmente planejadas e executadas, assim como as ações promovidas pelos Promotores de Justiça com atribuições nas áreas ambiental e urbanística, além de acarretar a responsabilização dos infratores ambientais e, por conseguinte, a reparação dos danos perpetrados, propiciou, além de tudo, importante fomento à educação ambiental.

No período fonte de pesquisa (janeiro a dezembro de 2014), o Ministério Público, além da cotidiana atuação judicial (ora como autor, ora fiscal da lei), celebrou 472 (quatrocentos e setenta e dois) Termos de Ajustamento de Conduta relativos à área ambiental e urbanística, sendo 400 (quatrocentos) referentes ao meio ambiente natural e 72 (setenta e dois) referentes ao meio ambiente urbano.

Desse modo, verifica-se que a capacidade de planejamento do órgão é pensada e aplicada, visando atingir resultados satisfatórios e eficientes, na busca pela realização da meta física que se propôs para a respectiva ação.

Ademais, foram realizadas perícias técnicas referentes à ocupação ilegal e desmate de APP, uso e ocupação do solo, poluição de corpos hídricos, aterramentos de nascentes, agrotóxicos etc., visando instruir e subsidiar a propositura de ações de responsabilização, em caso de dano ao meio ambiente natural, a cargo dos Promotores de Justiça.

Por fim, destaque-se a atuação da Procuradoria Especializada em ações de capacitação de membros e servidores.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	72.000,00	35.190,00	35.190,00	0,00	48,88	100,00
Total	72.000,00	35.190,00	35.190,00	0,00	48,88	100,00

Capacidade de Planejamento - PPD:



Estado de Mato Grosso

A dotação orçamentária inicialmente prevista para o exercício 2014 foi destinada ao custeio de diárias, passagens e despesas com locomoção, para a participação em cursos e capacitações, participação em Conselhos, bem como, para a realização de perícias técnicas ambientais e, ainda, à participação em outros eventos relacionados à matéria ambiental.

Ademais, destaque-se a aquisição de material permanente, com o fito de aparelhar a Procuradoria de Justiça Especializada da infraestrutura necessária para o desenvolvimento de suas atividades, tais como a compra de 02 (dois) HD's externos, adquirido com vistas a realizar backups mensais do servidor próprio Geoserver, bem como para realizar a manutenção do banco de dados e imagens obtidos junto à Secretaria de Estado e Meio Ambiente (SEMA/MT), 01 (um) GPS para utilização na implementação das atividades atinentes à defesa do meio ambiente e da ordem urbanística, especificamente no que tange às vistorias e perícias técnicas comumente realizadas não apenas nesta Capital, mas também no interior do Estado de Mato Grosso. Outrossim, foram adquiridos 02 (dois) computadores de mesa, cujo empenho foi realizado na data de 15/12/2014, com o objetivo de aperfeiçoar a implementação das atividades atinentes à defesa do meio ambiente e da ordem urbanística, mormente no que tange às atividades desenvolvidas na área de geoprocessamento, tendo em vista que na área de geoprocessamento são realizados com imagens de satélite, com alta resolução espectral, o que exige placas de vídeo atualizadas e com alta capacidade de processamento.

Observa-se, portanto, que as dotações autorizadas na LOA foram suficientes para a realização das metas previstas, uma vez que o órgão está efetivamente projetando as despesas necessárias, mormente ao se considerar que os recursos inicialmente previstos refletiram a real necessidade da ação.

Em que pese a capacidade de planejamento tenha dado deficiente, tal fato não gerou qualquer prejuízo à execução da meta.

Embora os recursos não tenham sido gastos por completo, vê-se que a previsão do orçamento foi realizada corretamente na oportunidade de elaboração e fixação de metas do Programa. Assim, em que pese a realização da projeção das despesas, a execução das medidas adotadas para a consecução dos objetivos específicos não exigiu a aplicação da dotação inicial em sua totalidade.

Capacidade de Execução - COFD:

Os gastos foram realizados dentro dos limites fixados para a dotação orçamentária anual. O desempenho apurado no COFD justifica o êxito da execução, diante dos resultados apresentados no quadro de realização orçamentária e financeira, de modo que restou demonstrada uma capacidade de execução satisfatória, atendendo integralmente ao planejamento em curso, e evidenciando a conformidade entre o planejado e o executado.

O nível de atingimento dos objetivos específicos demonstra que o Ministério Público vem atuando satisfatoriamente nas áreas ambiental e urbanística, através dos Promotores de Justiça e da Procuradoria de Justiça Especializada.

Não obstante a correta projeção das despesas, a execução das medidas adotadas para a consecução dos objetivos específicos não exigiu a aplicação da dotação inicial em sua totalidade.

Alcance do Objetivo Específico:

Os gastos foram realizados dentro dos limites fixados para a dotação orçamentária anual. O desempenho apurado no COFD justifica o êxito da execução, diante dos resultados apresentados no quadro de realização orçamentária e financeira, de modo que restou demonstrada uma capacidade de execução satisfatória, atendendo integralmente ao planejamento em curso, e evidenciando a conformidade entre o planejado e o executado.

O nível de atingimento dos objetivos específicos demonstra que o Ministério Público vem atuando satisfatoriamente nas áreas ambiental e urbanística, através dos Promotores de Justiça e da Procuradoria de Justiça Especializada.

Não obstante a correta projeção das despesas, a execução das medidas adotadas para a consecução dos objetivos específicos não exigiu a aplicação da dotação inicial em sua totalidade.

Outros aspectos relevantes:

Não foram observados outros aspectos relevantes.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Não há recomendações da unidade.

Ação:	5128-Organização e Sustentabilidade das Cidades Mato-Grossenses
Programa de Governo:	331-Defesa Ambiental e Organização das Cidades
Exercício:	2014
Tipo de Ação:	
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Atuar visando a proteção dos recursos naturais.
Produto:	Ação ministerial proposta
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Luiz Alberto Esteves Scaloppe

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	5,00
Total:	5,00



Estado de Mato Grosso

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
5,00	5,00	5,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física:

O Ministério Público Estadual, visando atingir os fins previstos, atuou de maneira integrada em todo o Estado.

As medidas inicialmente planejadas e executadas, assim como as ações promovidas pelos Promotores de Justiça com atribuição na área urbanística, além de acarretar a responsabilização dos infratores e, por conseguinte, a reparação dos danos perpetrados ao meio ambiente urbano, propiciou, além de tudo, importante fomento à educação ambiental.

No período fonte de pesquisa (janeiro a dezembro de 2014), o Ministério Público, além da quotidiana atuação judicial (ora como autor, ora como fiscal da lei), celebrou 472 (quatrocentos e setenta e dois) Termos de Ajustamento de Conduta relativos à área ambiental e urbanística, sendo 400 (quatrocentos) referentes ao meio ambiente natural e 72 (setenta e dois) referentes ao meio ambiente urbano.

Ademais, foram realizadas as perícias técnicas mencionadas anteriormente, referentes à ocupação ilegal e desmate de APP's em zonas urbanas (não só nas rurais), poluição de corpos hídricos, aterramentos de nascentes, etc., visando instruir e subsidiar a propositura de ações de responsabilização, em caso de dano ao meio ambiente natural, a cargo dos Promotores de Justiça. O mesmo deu-se em relação à ordem urbanística, eis que foram realizadas atividades de capacitação e conscientização, conforme mencionado alhures, bem como, ações de vistoria e elaboração de laudos técnicos urbanísticos, subsidiando, assim, a atuação dos Promotores de Justiça em questões acerca da sustentabilidade das cidades e adequação às normas urbanísticas.

Desse modo, verifica-se que a capacidade de planejamento do órgão é pensada e aplicada, visando atingir resultados satisfatórios e eficientes, na busca pela realização da meta física que se propôs para a respectiva ação.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	48.000,00	24.944,69	20.908,69	0,00	43,56	83,82
Total	48.000,00	24.944,69	20.908,69	0,00	43,56	83,82

Capacidade de Planejamento - PPD:

Os gastos foram realizados dentro dos limites fixados para a dotação orçamentária anual.

A dotação orçamentária inicialmente prevista para o exercício 2013 foi destinada ao custeio de material e diárias para custear participação institucional em eventos de capacitação, perícias e vistorias técnicas, bem como em Conselhos e Comissões.

Observa-se, portanto, que as dotações autorizadas na LOA foram suficientes para a realização das metas previstas, uma vez que o órgão está efetivamente projetando as despesas necessárias, mormente ao se considerar que os recursos inicialmente previstos refletiram a real necessidade da ação.

Em que pese a capacidade de planejamento esteja indicada como deficiente, tal fato não gerou qualquer prejuízo à execução da meta.

Embora os recursos não tenham sido gastos por completo, vê-se que a previsão do orçamento foi realizada corretamente na oportunidade de elaboração e fixação de metas do Programa. Assim, em que pese a realização da projeção das despesas, a execução das medidas adotadas para a consecução dos objetivos específicos não exigiu a aplicação da dotação inicial em sua totalidade.

Capacidade de Execução - COFD:

O desempenho apurado no COFD evidencia o êxito da execução, uma vez que foi possível executar as metas inicialmente projetada, consistentes na capacitação de pessoal, elaboração de vistorias e relatórios na área urbanística, com a finalidade de subsidiar a atuação ministerial, bem como a realização de acompanhamento e participação das políticas voltadas para o meio ambiente urbano, em consonância com a dotação orçamentária prevista.

Os resultados apresentados no quadro da realização orçamentária e financeira demonstram uma capacidade de execução satisfatória, atendendo integralmente ao planejamento em curso, havendo uma conformidade entre as ações planejadas e as executadas.

Alcance do Objetivo Específico:

O nível de atingimento dos objetivos específicos demonstra que o Ministério Público vem atuando satisfatoriamente nas áreas ambiental e urbanística, através dos Promotores de Justiça e da Procuradoria de Justiça Especializada.

Não obstante a correta projeção das despesas, a execução das medidas adotadas para a consecução dos objetivos específicos não exigiu a aplicação da dotação inicial em sua totalidade.

Outros aspectos relevantes:

Não foram observados outros aspectos relevantes.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:



Estado de Mato Grosso

Não há recomendações da unidade.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO ANALÍTICO DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Exercício:	2014
Programa:	332-Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público
Objetivo Estratégico do PPA:	07-Reduzir a violência e a insegurança do cidadão
Tipo de Programa:	Finalístico
Origem do Programa:	Índices de eficiência das ações judiciais e extrajudiciais, na defesa da probidade administrativa e do patrimônio público, não satisfatórios.
Objetivo do Programa:	Defender a probidade administrativa e o patrimônio público, através da melhoria da eficiência das ações judiciais e extrajudiciais na área
Público Alvo:	sociedade
Unidade Resp. Programa:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Gestor(a) do Programa:	Eliana Cicero de sá Maranhão Ayres

INDICADORES						
Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Apurado 2014	Data Apuração
Ações decididas procedentes ou parcialmente procedentes Fonte: GEAP	Anual	Percentual	52	60	72,00	10/12/2014
Termos de ajustamento de conduta (tac) cumpridos do total de tacs com termo final vencido no ano. Fonte: MP	Anual	Percentual	81	89	54,00	10/12/2014
Ações S exitosas em segunda instância Fonte: GEAP	Anual	Percentual	64	72	68,00	10/12/2014

Análise de Indicadores do Programa:

Os indicadores de Termo de Ajustamento de Conduta e das ações procedentes ou parcialmente procedentes na primeira instância demonstram o fiel cumprimento da meta estabelecida para o exercício de 2014, ou seja, aumentar em 2% a eficiência das ações judiciais. No que tange aos indicadores nas ações exitosas e parcialmente exitosa em segunda instância (ações decididas procedentes ou parcialmente procedentes), cumpre mencionar que apesar do decréscimo em percentual em relação ao ano de 2013, tal fato não significa em redução em efetividade e eficácia do serviço prestado pelo Ministério Público à população, porquanto houve um aumento considerável no percentual das ações julgadas favoráveis ao Parquet e à sociedade em geral, o que demonstra que os recursos das defesas vêm em sua grande maioria não obtendo o êxito desejado, mantendo as condenações proferidas pelo juízes de primeira instância. Conclui-se, deste modo, que os indicadores são adequados ao programa, sendo possível demonstrar o efeito prático do trabalho dos membros do Ministério Público em reduzir os atos de improbidade administrativa e proteger o patrimônio público, conforme estabelecido no programa.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DO PROGRAMA

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	120.000,00	16.390,00	16.390,00	0,00	13,66	100,00
Total	120.000,00	16.390,00	16.390,00	0,00	13,66	100,00

Execução:

Analisando a dotação orçamentária prevista para 2014, observa-se a não utilização do total previsto na LOA. A utilização a menor do previsto se deve a mudança na Coordenação dessa Procuradoria de Justiça Especializada, o que impediu a continuidade da capacitação e aperfeiçoamento dos Promotores de Justiça e das respectivas assessorias. Não obstante isso, a antecessora, Coordenadora desta Especializada, realizou o curso de capacitação referente a Tutela do Patrimônio Público e Social, ocorrido em 18 de julho de 2014, em parceria com a Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso, tendo proporcionado a 50 (cinquenta) participantes (Promotores e assessores) capacitação na área. Assim, apesar da régua de parâmetros classificar o planejamento e programação da despesa como altamente deficiente, a não utilização da totalidade dos recursos disponíveis em nada comprometeu a atuação dos órgãos de execução do Ministério Público.

Por fim, os recursos foram devidamente liberados em fluxo compatível com a programação, sem atrasos e contingências.

Resultados:



Estado de Mato Grosso

As ações executadas neste programa permitiu melhorar a eficácia das ações ministeriais, principalmente na seara extraprocessual, onde o objetivo primário é de preservar o patrimônio público de possíveis atos ímprobos praticados pelos gestores públicos. Na seara processual, observa-se um aumento nas condenações nas ações civis públicas, onde o Ministério Público buscou a responsabilização dos agentes ímprobos que de certa forma lesam o erário acarretando danos nefastos à coisa pública, prejudicando diretamente os serviços públicos prestados à população em geral.

Desta feita, a melhora nos resultados deu-se pelo aperfeiçoamento humano, tanto dos Promotores de Justiça como dos assessores jurídicos, através dos cursos de capacitação na área especializada de defesa do patrimônio público e da probidade administrativa, através da promoção de curso de aperfeiçoamento funcional ministrado por jurista de renome, promovida nos últimos anos. Por certo, esse aperfeiçoamento vem proporcionando aos membros e servidores dessa instituição uma melhora significativa na fiscalização do patrimônio público e na responsabilização daqueles que de certa forma não geriram com a acuidade necessária a res publica.

Principais restrições e providências adotadas:

Não foi possível a aplicação na sua totalidade dos recursos disponíveis na execução do Programa, principalmente em função da mudança na Coordenação da Procuradoria Especializada. Além disso, houve ainda falta de tempo hábil da gestora para continuidade na realização das ações planejadas pela antecessora, haja vista o elevado número de demandas judiciais posta à apreciação, sendo em sua grande maioria com prazos a serem cumpridos, bem como, em decorrência de outras atividades posta a sua responsabilidade, tais como, atuação em substituição na Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Criança e do Adolescente e a Coordenação da Ouvidoria do Ministério Público.

A título de exemplo, a Procuradoria de Justiça Especializada da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público dos 1061 processos distribuídos até a data de 10/12/2014, emitiu 482 pareceres jurídicos, o que inviabilizou sobre maneira a realização do programa conforme estritamente planejado.

Outros aspectos relevantes:

Não houve nenhum outro evento relevante que interferiu no resultado do programa e que não se encontra descrito nos tópicos acima.

Outros produtos entregues:

No exercício de 2014 foram entregues à sociedade outros produtos, sem qualquer utilização da dotação orçamentária prevista, porém, demandou a efetiva participação da representante da Procuradoria Especializada, como por exemplo, visitas em diversos bairros da capital, tais como: bairro Pedra 90, Dr. Fábio Firmino Leite, Jardim Florianópolis e Jardim União, em atendimento à população em geral, ouvido suas reivindicações, sugestões, enfim, o objetivo de propiciar a participação mais efetiva da população no tocante na eleição de prioridades nos bairros e posteriormente oficiando aos órgãos competentes para devidas providências.

Recomendações da Unidade responsável pelo programa:

De início, é importante relatar que os indicadores são confiáveis, pois expressam em quantidade as ações realizadas pelo diversos órgãos de atuação do Ministério Público, no caso, os Promotores de Justiça. São ainda os mais adequados e suficientes para uma análise do cumprimento do programa, mostrando-se válidos para expressar os resultados atingidos, não havendo, a priori, necessidade de inclusão ou redução de quantidades de indicadores.

Para uma melhor realização do programa, de modo atingir de modo eficiente, eficaz e efetivo é necessário o aumento da equipe técnica para implementar uma resposta mais rápida e ágil à sociedade, com a efetiva condenação dos agentes públicos ímprobos e a recuperação de eventuais valores desviados do erário.

O monitoramento do programa é realizado pelo dados inseridos pelos agentes de atuação no sistema do Ministério Público, denominado como SIMP (Sistema Informatizado do Ministério Público)



Estado de Mato Grosso

Avaliação das Ações do Programa

Ação:	4313-Promoção da Eficiência na Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público
Programa de Governo:	332-Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público
Exercício:	2014
Tipo de Ação:	Atividade
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Objetivo Específico:	Aumentar em 8% a eficiência das ações judiciais e extrajudiciais (TACS) na defesa da probidade administrativa e do patrimônio público.
Produto:	Ação realizada
Unidade de Medida:	Percentual
Responsável pela Ação:	Eliana Cicero de Sá Maranhão Ayres

META FÍSICA

Região de PLanejamento	Meta
ESTADO	2,00
Total:	2,00

REALIZAÇÃO DA META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA	Meta Física Prevista (após Créditos)	Meta Física Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física Prevista	% Realizado em Relação a Meta Física Após Créditos
2,00	2,00	2,00	100,00	100,00

Análise da Meta Física:

A meta anual fixada de elevar em 2% (dois por cento) a eficiência das ações ministeriais realizadas extrajudicialmente e judicialmente foi atingida. Em 2012, do total de 41 Termos de Ajustamento de Conduta firmados/homologados, apenas 7 foram cumpridos ou parcialmente cumpridos, somando um percentual de 17% do resultado esperado. Em 2013, do total de 22 Termos de Ajustamento de Conduta firmados/homologados, 19 foram cumpridos ou parcialmente cumpridos, perfazendo um percentual de 86,3% no cumprimento desses ajustes. Neste ano de 2014, houve 24 Termos de Ajustamento de Conduta firmados/homologados, sendo que 18 foram cumpridos ou parcialmente cumpridos, 01 não cumprido e o restante dentro do prazo para o cumprimento. Na atuação judicial em segunda instância, em 2012, conforme relatório anual de atividades, 76 recursos foram julgados favoráveis ou parcialmente favoráveis ao pedido ministerial, de um total de 219 recursos: um percentual de 34% de provimento ou parcial provimento dos recursos. Em 2013, 103 recursos foram julgados favoráveis ou parcialmente favoráveis ao pedido ministerial, de um total de 128 recursos, dados que denotam o percentual de 80% de provimento ou parcial provimento. Já nesse ano de 2014, 31 recursos foram julgados favoráveis ou parcialmente favoráveis ao pedido ministerial inicial, do total de 45 recursos apreciados, o que demonstra um percentual aproximado de 68,89% de julgamentos favoráveis ou parcialmente favoráveis ao Ministério Público. Esses dados demonstram o acréscimo em, no mínimo, 2% nos resultados favoráveis alcançados pelo órgão, isto é, um aumento na eficiência das ações ministeriais nas áreas judiciais e principalmente na extrajudiciais inteiramente conforme o planejado.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AÇÃO

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
Fonte	Dotação Inicial LOA	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD Empenhado em Relação a Dotação Inicial	%COFD Empenhado em Relação a Dotação Final (-) Valor Contingenciado
100	120.000,00	16.390,00	16.390,00	0,00	13,66	100,00
Total	120.000,00	16.390,00	16.390,00	0,00	13,66	100,00

Capacidade de Planejamento - PPD:

As despesas previstas inicialmente não puderam se concretizar no exercício do ano de 2014 por fatores alheios à vontade do órgão ministerial, o principal fator foi a substituição da Coordenadora da Procuradoria Especializada da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público, ocorrida em meados de agosto de 2014, o que dificultou sobremaneira a interação e abrangência de todo o programa. Todavia, estima-se que serão realizadas ainda no exercício de 2015, muito embora a classificação tenha sido deficiente, verifica-se que não houve prejuízo na execução da ação e o recurso utilizado nesse projeto foi suficiente para o custeio dos produtos entregues aos colaboradores.

Capacidade de Execução - COFD:

Os recursos foram devidamente liberados em fluxo compatível com a programação, sem atrasos e contingências. As ações realizadas nesse exercício foram compatíveis com as dotações autorizadas na LOA, não havendo casos de contingenciamento ou anulações. As medidas/tarefas foram adequadas, inclusive economicamente, para o fim proposto.



Estado de Mato Grosso

Alcance do Objetivo Específico:

Não obstante a diferença entre a capacidade de planejar e a de executar, pode-se afirmar que não afetou a busca do objetivo, visto que os procedimentos realizados contribuíram de forma quantitativa e qualitativa para a busca da responsabilização dos gestores ímprobos, bem como, no ressarcimento de valores desviados do erário.

Outros aspectos relevantes:

Não houve gastos fora daqueles descritos acima, ou seja, todas as despesas foram pagas da dotação autorizada pelo LOA.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Para uma melhor realização do programa, de modo atingir de modo eficiente, eficaz e efetivo é necessário o aumento da equipe técnica para implementar uma resposta mais rápida e ágil à sociedade, com a efetiva condenação dos agentes públicos ímprobos e a recuperação de eventuais valores desviados do erário.